

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Quanto vale o seu CPF? Coleta de dados em estabelecimentos comerciais e direitos difusos

Formato do workshop

painel

Outro

Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?

sim

Estado do/a proponente

minas_gerais

Estado do/a co-proponente

sp

Setor do/a co-proponente

terceiro_setor

Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos

O objetivo do painel é propor uma discussão a respeito de práticas de coleta de dados - e especialmente do número de CPF de uma pessoa - em estabelecimentos comerciais com o fim de concessão de descontos. Essa prática tem sido recorrente no Brasil e em inúmeros tipos de serviço: supermercados, farmácias, planos de fidelidade, dentre diversas outras aplicações. Nesse sentido, o que se questiona são os limites de sua legalidade e o impacto aos direitos difusos e coletivos dos cidadãos, por vezes levados a fornecerem seus dados sem informações adequadas a respeito dos termos em que a coleta de dados ocorre e suas finalidades específicas. A discussão multissetorial proposta pretende jogar luz ao problema, a partir dos diferentes aportes trazidos pelos debatedores sobre as perspectivas que o envolvem.

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

De forma resumida, pode-se entender que a proteção de dados pessoais refere-se a mecanismos (jurídicos, técnicos, entre outros) que objetivam garantir o direito constitucional à privacidade e a garantia da proteção de dados pessoais como um direito fundamental autônomo, fornecendo ao cidadão algum nível de controle sobre a utilização de seus dados. O respeito à privacidade do indivíduo é também um dos princípios do uso da Internet no Brasil, como definido pela Resolução CGI.br/RES/2009/003/P. Mesmo que ainda não tenhamos uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - apesar de os debates relativos ao PLS 330/2013 e ao PL 4.060/2012 terem ganhado força recentemente no Congresso Nacional - ainda assim, é errôneo afirmar que inexistem no direito brasileiro normas legais e infralegais que garantem a proteção dos dados pessoais dos usuários e consumidores. A ausência de uma lei que regulamente de forma específica a proteção dos dados pessoais dos cidadãos não é suficiente para afastar a tutela jurídica. Diversas são as garantias previstas no ordenamento jurídico brasileiro que dizem respeito à proteção dos dados pessoais - no Código de Defesa do Consumidor (CDC), Marco Civil da Internet e seu decreto regulamentador, Código Civil, dentre diversos outros no ordenamento jurídico brasileiro. Sendo certo que esses marcos legais são capazes de fornecer amparo aos cidadãos em caso de violações a direitos difusos e práticas abusivas, ainda não há discussões robustas que utilizem essa moldura normativa já existente para refletir sobre práticas atuais de coleta do número de CPF em estabelecimentos comerciais. Embora investigações civis já tenham se iniciado por órgãos do Ministério Público, o tema ainda é revolto por certa zona de penumbra, em que existem poucas certezas. Disso resulta a necessidade de um espaço de debates qualificados sobre o assunto, o que justifica a proposição do presente painel.

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

O formato adotado será o Painel, com apresentações aprofundadas e enfoques específicos e complementares a respeito do tema geral de direitos difusos e coleta de dados em estabelecimentos comerciais no Brasil. A abordagem será interdisciplinar, com foco na compreensão de problemas e na apresentação de propostas, considerando a realidade brasileira e a inserção do país em um contexto de globalização, da integração dos mercados nos segmentos de novas tecnologias, do Big Data e da intensa mobilidade dos bens informacionais e do conhecimento. Cada Palestrante disporá de 15 minutos de apresentação. Sem prejudicar o conteúdo, as palestras terão tom informal, em linguagem acessível, de modo a alcançar o público mais amplo que costuma participar do Fórum - e não apenas os especialistas no tema. Além disso, deverão priorizar casos concretos que facilitem a compreensão, bem como indicar questões que possam suscitar a reflexão e o debate. Ao final, serão destinados 30 minutos para para debate.

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

Para fomentar a participação da audiência presencial e remota, propõe-se: (i) utilização das redes sociais do podcast Segurança Legal, Brownpipe, IRIS e do IDEC para divulgar o Painel, inclusive durante e após a sua realização; (ii) disponibilização prévia de material de

apoio, permitindo a interação da audiência por meio de comentários; (iii) divulgação do material utilizado pelos palestrantes nas suas respectivas apresentações; (iv) convite aberto a toda a audiência, presencial e remota, a integrar e promover a transparência do uso dos dados coletados nas práticas que envolvem CPF + desconto (ver o item resultados); (v) a audiência, presencial e remota - neste caso, por meio das redes sociais e podcast - poderão interagir e participar das discussões, mediante a realização de comentários e a formulação de perguntas dirigidas aos palestrantes.

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

Espera-se que ao fim do painel seja proposta a construção de uma rede entre os diversos membros do fórum, com o objetivo de reunir interessados e especialistas no tema para atuarem em seus respectivos estados apresentando representação ao Ministério Público com intuito de demandar a investigação de práticas que envolvam a atribuição de descontos em troca de CPF em estabelecimentos comerciais no Brasil. Dessa forma, será disponibilizada o modelo de representação que foi utilizada em Minas Gerais para demandar do Ministério Público a investigação de práticas como as apresentadas no painel. Dessa maneira, o modelo disponibilizado buscará demandar duas principais atuações do ministério público no que diz respeito às práticas realizadas pelas empresas no que diz respeito (i) necessidade de consentimento informado na coleta dos dados (ii) falta de informação quanto à finalidade do uso desses dados pessoais.

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Relação com os outros temas

Privacidade e Proteção de dados

Relação com os outros temas

Cibersegurança Confiança e Privacidade

Relação com os outros temas

Questões legais e regulatórias

Outro

Estado do/a palestrante do setor governamental

minas_gerais

Estado do/a palestrante do setor empresarial

rs

Estado do/a palestrante do terceiro setor

sp

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

minas_gerais

Estado do/a moderador

pernambuco

Estado do/a relator/a

minas_gerais
